

Despacho- NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília, 15 de agosto de 2024.

À Auditoria Interna (Audit/Pres.),

Assunto: Análise de Índices Financeiros

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA -Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Após encerrada a fase de lances do Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA, para contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Foi considerada arrematante a empresa: **S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA, com o valor total de: R\$ 2.220.000,00.**

Nesse sentido, faz-se necessária a análise quanto ao disposto nos subitens 7.2.1.5.2, 7.2.1.5.3 e 7.2.1.6 do Edital - **(Doc. Sei nº 148595319 - páginas 17 e 20 a 31).**

7.2.1.5.2. A boa situação financeira da sociedade empresária será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral ≥ 1 , Solvência Geral ≥ 1 , Liquidez corrente ≥ 1 , Endividamento Geral $\leq 80\%$ (oitenta por cento) e Endividamento Financeiro ≤ 1 , resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$ILG = (ATIVO\ CIRC + ATIVO\ N\tilde{A}O\ CIRC) / (PASSIVO\ CIRC + PASSIVO\ N\tilde{A}O\ CIRC)$

Índice de Solvência Geral (SG)

$ISG = ATIVO\ GLOBAL / (PASSIVO\ CIRC + PASSIVO\ N\tilde{A}O\ CIRC)$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$ILC = ATIVO\ CIRCULANTE / PASSIVO\ CIRCULANTE$

Índice de Endividamento Geral (EG)

$EG = (D\acute{I}VIDA\ TOTAL / ATIVO\ TOTAL) \times 100$

Índice de Endividamento Financeiro (EF)

$EF = D\acute{I}VIDA\ BRUTA\ (DE\ CURTO\ E\ LONGO\ PRAZO) / PATRIM\tilde{O}NIO\ L\acute{I}QUIDO.$

7.2.1.5.3 As licitantes que apresentarem índices de Liquidez Geral, Solvência Geral, Liquidez corrente menor que 1 (um), Endividamento Geral maior que 80% (oitenta por cento) e Endividamento Financeiro maior que 1, deverá comprovar Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do lote e/ou do quantitativo de lotes disputados, sob pena de desclassificação. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da documentação, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais.

7.2.1.6 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, 1/12 (um doze avos) do valor global dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do certame, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital. No caso de consórcio, deverá ser atendido na proporção de sua participação no consórcio.

Após, que os autos sejam restituídos para prosseguimento do rito processual.

Aline Alves de Oliveira

Chefe do Decomp/DA



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 15/08/2024, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=148597577)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=148597577)
verificador= **148597577** código CRC= **CDA86B92**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br

Despacho— NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília, 15 de agosto de 2024.

À Secretaria de Obras/DF - (SO/DF.),

Assunto: Análise de proposta de preços e atestados técnicos.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA -Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Após encerrada a fase de lances do Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA, para contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Foi considerada arrematante do Pregão Eletrônico a empresa: **S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA** com o valor total de: **R\$ 2.220.000,00 - (Doc. Sei nº 148595657).**

Nesse sentido, faz-se necessária a análise quanto a forma e conteúdo de sua proposta de preços - (148595657) e dos atestados técnicos - (148595319 - páginas 60 a 86), apresentados pela referida empresa, conforme o disposto no Edital - (146816387) e no Termo de Referência - (146116212).

Após, que os autos sejam restituídos para prosseguimento do rito processual.

Aline Alves de Oliveira

Chefe do Decomp/DA



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 15/08/2024, às 11:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **148601783** código CRC= **6DC3D3BC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br

00110-00000315/2024-59

Doc. SEI/GDF 148601783

Processo SEI nº 00110-00000315/2024-59		Pregão Eletrônico nº 023/2024 – DECOMP/DA		DIGITAR AS INFORMAÇÕES SOMENTE NOS CAMPOS BRANCOS	
S. A CONSULTORIA EM GESTAO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA		CNPJ 10.623.846/0001-31			
ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS		FÓRMULAS			
		EXERCÍCIO 2022		EXERCÍCIO 2023	
1.	Índice de Liquidez Corrente - ILC	→ $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	→ $\frac{1.607.121,96}{92.656,20} = 17,35$	$\frac{1.776.974,16}{92.656,20} = 19,18$	
2.	Índice de Liquidez Geral - ILG	→ $\frac{\text{Ativo Circul.} + \text{Ativo Ñ Circul.}}{\text{Passiv. Circul.} + \text{Passivo Ñ Circul.}}$	→ $\frac{1.650.809,38}{92.656,20} = 17,82$	$\frac{1.812.402,83}{92.656,20} = 19,56$	
3.	Índice de Solvência Geral - ISG	→ $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passiv. Circul.} + \text{Passivo Ñ Circul.}}$	→ $\frac{1.650.809,38}{92.656,20} = 17,82$	$\frac{1.812.402,83}{92.656,20} = 19,56$	
4.	Índice de Endividamento Financeiro - IEF	→ $\frac{\text{Dívida Bruta (de Curto e Longo Prazo)}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	→ $\frac{92.656,20}{1.558.153,18} = 0,06$	$\frac{92.656,20}{1.719.746,63} = 0,05$	
5.	Índice de Endividamento Geral - IEG	→ $\frac{\text{Passiv. Circul.} + \text{Passivo Ñ Circul.}}{\text{Ativo Total}} \times 100$	→ $\frac{92.656,20}{1.650.809,38} = 5,61\%$	$\frac{92.656,20}{1.812.402,83} = 5,11\%$	

GRUPOS CONTÁBEIS		2022	2023
Ativo Circulante:		1.607.121,96	1.776.974,16
Ativo Não Circulante:		43.687,42	35.428,67
ATIVO TOTAL:		1.650.809,38	1.812.402,83
Passivo Circulante:		92.656,20	92.656,20
Passivo Não Circulante:		-	-
Patrimônio Líquido		1.558.153,18	1.719.746,63
PASSIVO TOTAL		1.650.809,38	1.812.402,83
LOTE			
VALOR DA CONTRATAÇÃO - R\$		2.220.000,00	
10% DO VALOR DA CONTRATAÇÃO		222.000,00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.719.746,63	
ANÁLISE		MAIOR	

1. O **ILC** é um indicador que representa as condições da empresa de pagar as obrigações de curto prazo com os valores existentes em seu ativo circulante. **O ideal é ser ≥ (maior ou igual) a 1**, pois, quanto maior for a liquidez corrente maior é capacidade para liquidar essas obrigações.
2. O **ILG** é um indicador que representa a saúde financeira da empresa a longo prazo, considerando direitos e obrigações (vendas parceladas, parcelas de empréstimos, aplicações a longo prazo, etc.). **O ideal é ser ≥ (maior ou igual) a 1**, pois, quanto maior for a liquidez geral melhor é capacidade financeira da empresa.
3. O **ISG** é um indicador que representa a capacidade de uma companhia de honrar com suas obrigações financeiras. **O ideal é ser ≥ (maior ou igual) a 1**, pois, quanto maior a solvência geral melhor, em tese, a condição financeira da empresa.
4. O **IEF** é um indicador de endividamento que representa a relação entre o valor que a empresa está devendo e o valor que foi investido pelos acionistas. **O ideal é ser ≤ (menor ou igual) a 1**, pois, quanto menor for o endividamento financeiro maior é o nível de endividamento em relação ao capital próprio da empresa.
5. O **IEG** representa o percentual do endividamento em comparação ao ativo total do negócio. **O ideal é ser ≤ (menor ou igual) a 80,00%**, pois, quanto menor o índice de endividamento, melhor a situação da empresa, em termos de endividamento geral.
6. As licitantes que apresentarem índices de Liquidez Geral, Solvência Geral, Liquidez corrente menor que 1 (um), Endividamento Geral maior que 0,80 e Endividamento Financeiro maior que 1, deverá comprovar Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, constante deste Edital.

Nota Técnica N.º 572/2024 - NOVACAP/PRES/AUDIT

Brasília-DF, 15 de agosto de 2024.

À Divisão de Licitações e Contratos (DILIC),

Assunto: Análise dos Índices Econômico-Financeiros

Senhor Chefe,

Procedemos o exame dos Índices econômico-financeiros contidos nestes autos, relativo ao **Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA**, que trata do:

" Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos."

A empresa **S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA** foi considerada arrematante do certame, com o valor total de R\$ 2.220.000,00, conforme Despacho– NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (148601783).

Nossos exames foram realizados com observância às disposições do Edital supracitado, sobretudo, a análise quanto ao disposto nos subitens 7.2.1.5.2, 7.2.1.5.3 e 7.2.1.6 do Edital - (**Doc. Sei nº 148595319 - páginas 17 e 20 a 31**), bem como às Leis 14.133/2021, 11.638/2007, 11.941/2009 e o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Considerando que foram apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício - DRE, relativos ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023 (Último Exercício), devidamente registrados na forma da Lei, conforme Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital do SPED.

1. ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS:

a) **S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA** - Patrimônio Líquido no valor de R\$ 1.719.746,63. Os índices apresentados referentes ao exercício 2023 foram:

Índice	Análise	2022	Situação	2023	Situação	Justificativa
Índice de Liquidez Corrente (LC)	o índice ideal é >1	17,35	SATISFATÓRIO	19,18	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Liquidez Geral (LG)	o índice ideal é >1	17,82	SATISFATÓRIO	19,56	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Solvência Geral (SG)	o índice ideal é >1	17,82	SATISFATÓRIO	19,56	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Financeiro (EF)	o índice ideal é <1	0,06	SATISFATÓRIO	0,05	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Geral (EG)	o índice ideal é ou ainda <80%	5,61%	BAIXA	5,11%	BAIXA	N/A

CONCLUSÃO:

Diante da memória de cálculo, acima apresentada, concluímos que a empresa **S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA** apresentou, nos exercícios de 2022 e 2023, os índices econômico-financeiros dentro das margens estabelecidas nos subitens 7.2.1.5.2, 7.2.1.5.3 e 7.2.1.6 do Edital - (**Doc. Sei nº 148595319 - páginas 17 e 20 a 31**), do **Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA**, portanto, possui uma boa situação financeira.

Marcus Venicius Lima dos Santos
Assessor de Diretoria

APROVO a presente Nota Técnica, referente à análise dos Índices Econômico-Financeiros, por seus próprios fundamentos.

Antônio Sérgio Xavier
Chefe da Auditoria Interna



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO SÉRGIO XAVIER - Matr.0973611-5**, Chefe da Auditoria Interna, em 15/08/2024, às 14:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VENÍCIUS LIMA DOS SANTOS - Matr.0973482-1**, Assessor(a), em 15/08/2024, às 14:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador=148629835 código CRC=26F16B3C.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2471



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
Comissão Permanente de Licitação
Comissão Interna de Apoio Técnico

Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT

Obj.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA - Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Em atenção ao Despacho:

- 148828542

Em face dos documentos apresentados pela licitante S.A. CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA, a CIAT fez a devida análise estritamente quanto aos documentos referentes à Qualificação Técnica.

De acordo com o item 8.2 do Termo de Referência 8 (146116212), para comprovar a Qualificação Técnica da empresa deveriam ser apresentados documentos comprovando:

- 3.200m de Execução de Rede Primária de Distribuição de Energia Elétrica de Média Tensão (13.800 V), Padrão Compacta;
- 2.800m de Execução de Rede Secundária de Distribuição de Energia Elétrica de Baixa tensão (380 V), Padrão Isolado e/ou Convencional;
- 10und de Instalação de Estações Transformadoras Trifásicas, de 13kV/380-220V (Potência mínima 15kVA).

Feita a análise dos documentos apresentados, esta Comissão encontrou atestados que validassem as Execuções de rede primária e secundária, no entanto, foram comprovadas apenas 08 instalações de Transformadores trifásicos, como se percebe na imagem a seguir:

TRANSFORMADOR 30 KVA TRIF - CLASSE 15KV	PC	2
TRANSFORMADOR 45 KVA TRIF - CLASSE 15KV	PC	2
TRANSFORMADOR 75 KVA TRIF - CLASSE 15KV	PC	4

Portanto, a licitante não atendeu aos requisitos mínimos exigidos pelo item 8.2 do Termo de Referência 8 (146116212).

Ainda na mesma análise, a CIAT notou que a CAT 184/2024 foi apresentada como

execução de obra dos serviços nela documentados. Porém, no Atestado de Capacidade Técnica emitido pela então contratante, Imobiliária Universal, consta um valor de R\$35.000,00 referente ao pagamento pelos serviços.

Como esse valor é incompatível com o volume de serviços prestados, a CIAT pede esclarecimentos quanto ao valor indicado no Atestado de Capacidade Técnica.

Isto posto, esta Comissão sugere que seja feita diligência para que a licitante possa:

- Apresentar esclarecimentos quanto ao valor da CAT 184/2024;
- Indicar nas CATS já apresentadas onde está esse quantitativo.

Atenciosamente,

João Felipe Bessa Ferreira

Presidente da Comissão Interna de Apoio Técnico



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FELIPE BESSA FERREIRA - Matr.0279186-2, Presidente da Comissão**, em 21/08/2024, às 14:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **149108191** código CRC= **0E95CC2A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

Telefone(s): 3306-5055

Sítio - so.df.gov.br



Governo do Distrito Federal

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Diligência n.º 72/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 22 de agosto de 2024.

À

S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA.

E-mail: contato@sasg.com.br; lucimar@stoa.inf.br; contato@stoa.eng.br.

Ref.: Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA -Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Processo nº 00110-00000315/2024-59.

Prezados Senhores,

Foram identificadas divergências na apresentação dos atestados técnicos, conforme Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - (Sei 149108191), consultamos a Vs.Sas., sobre a possibilidade da apresentação dos necessários esclarecimentos no **prazo de 03 (três) dias úteis**, a contar do recebimento da presente

correspondência, sob pena de **desclassificação/inabilitação**, a fim de atender ao previsto no Instrumento Convocatório e Art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

Feito os esclarecimentos, os mesmos deverão ser postados no portal do Licitações-e do Banco do Brasil (www.licitacoes-e2.bb.com.br).

Solicitamos a confirmação de recebimento da presente diligência.

Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos pelo telefone (061) 3403-2321 ou (061) 3403-2322, ou pelo e-mail dilic@novacap.df.gov.br.

Aline Alves de Oliveira

Chefe do DECOMP/DA

Novacap



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 23/08/2024, às 09:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **149214091** código CRC= **E807CDDF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

Despacho- NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília, 29 de agosto de 2024.

À Secretaria de Obras/DF - (SO/DF),

Assunto: Análise de proposta de preços e atestados técnicos.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA -Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Identificadas divergências na apresentação dos atestados técnicos, conforme Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - (149108191) e com base no Artigo 64 da [Lei nº 14.133/2021](#), foi realizada diligência - (149214091) junto à empresa S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA, sobre a possibilidade da apresentação dos necessários esclarecimentos.

Em resposta à diligência, a referida empresa apresentou os esclarecimentos - (149752374), dentro do prazo estabelecido, a fim de atender ao previsto no Instrumento Convocatório.

Desta forma, encaminhamos os autos para nova análise dos atestados quanto às incorreções apontadas no Relatório Técnico - (149108191).

Reiterando o despacho - (148601783), solicitamos ainda, que seja analisada a proposta de preços da empresa arremante.

Após, que os autos sejam restituídos para prosseguimento do rito processual.

Aline Alves de Oliveira



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 29/08/2024, às 09:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **149755120** código CRC= **620A6BDA**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
Comissão Permanente de Licitação
Comissão Interna de Apoio Técnico

Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT

Obj.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA - Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Em atenção aos Despachos:

- 149755120

- 149778195

Em face dos documentos apresentados pela licitante S.A. CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA após Diligência, a CIAT fez a devida análise estritamente quanto aos documentos referentes à Qualificação Técnica e Proposta de Preço e conclui que:

Em relação à Qualificação Técnica, foi apontado no Relatório Técnico (149108191) que o quantitativo exigido para comprovar a “ Instalação de Transformadores trifásicos” não havia atingido o exigido em Edital.

Após diligência, a licitante apontou o restante do quantitativo e, portanto, **ATENDE** aos requisitos do Termo de Referência 8 (146116212).

Quanto à Proposta de Preço apresentada, esta comissão verificou que a licitante orçou o serviço em R\$ 2.200.000,00 (dois milhões duzentos mil reais), que equivale à 60,13% do valor do Orçamento Referencial elaborado pela Administração Pública, no valor de R\$ 3.691.756,90 (três milhões, seiscentos e noventa e um mil setecentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos).

Fato é que, de acordo com o disposto no parágrafo 4º, Artigo 59 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, temos:

“§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.”

Sobre o tema o Tribunal de Contas da União - TCU se manifestou:

"31. No entanto, uma regra inflexível de desclassificar qualquer proposta com mais de 25% de desconto em relação ao valor estimado não permite captar todas essas nuances, exigindo que se realize as necessárias diligências para se aferir de fato se a proposta é exequível." ACÓRDÃO 803/2024 - TCU-PLENÁRIO

Desse modo, torna-se necessária a abertura de diligência para que a licitante que ofertou o menor preço comprove a exequibilidade de sua proposta.

Cumpra ressaltar que, para o cenário em que a exequibilidade da proposta seja comprovada pela licitante, será necessária declaração expressa de concordância com a necessidade de apresentação de garantia adicional conforme disposto no parágrafo 5º, Artigo 59 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a saber:

“§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.”

Encaminha-se para providências.



Documento assinado eletronicamente por **ANÍBAL LUCAS ALBUQUERQUE RODRIGUES - Matr.0279763-1, Membro da Comissão**, em 30/08/2024, às 14:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **149895938** código CRC= **E74B40CB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3306-5055
Site - so.df.gov.br



Governo do Distrito Federal

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Diligência n.º 74/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 02 de setembro de 2024.

À

S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA.

E-mail: contato@sasg.com.br; lucimar@stoa.inf.br; contato@stoa.eng.br.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA -Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Processo nº 00110-00000315/2024-59.

Prezados Senhores,

Conforme manifestação da área técnica, expressa no Relatório Técnico SODF/GAB/CPL/CIAT (149895938), foi verificado que o preço apresentado na proposta encontra-se com indícios de inexecutabilidade.

Em conformidade com o disposto nos subitens 6.1.2 e 6.16 do Edital PE nº 027/2024 -

DECOMP/DA (146816387), poderão ser adotadas as seguintes diligências para comprovação da exequibilidade da proposta:

6.16. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 59, § 2º da Lei 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.16.1 intimação do licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

6.16.2 verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

6.16.3 consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares; d) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

6.16.4 verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL, com entidades públicas ou privadas;

6.16.5 pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como, atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

6.16.6 verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;

6.16.7 levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

6.16.8 estudos setoriais;

6.16.9 análise de soluções técnicas escolhidas e condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços;

Embora haja um comando para a desclassificação da proposta devido ao indício de inexecuibilidade, é possível, conforme o Parágrafo 4º do Artigo 59 da [Lei nº 14.133/2021](#), a realização de diligência para comprovar a viabilidade da proposta. O referido parágrafo estabelece que:

“§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.”

Sob o mesmo prisma, é o entendimento do TCU, a saber:

“31. No entanto, uma regra inflexível de desclassificar qualquer proposta com mais de 25% de desconto em relação ao valor estimado não permite captar todas essas nuances, exigindo que se realize as necessárias diligências para se aferir de fato se a proposta é exequível.” ACÓRDÃO 803/2024 - TCU-PLENÁRIO:

“1. A conciliação do dispositivo no § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/1993 com o inciso X do art. 40 da mesma lei, para serviços outros que não os de engenharia, tratados nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.666/1993, impõe que a Administração não fixe limites mínimos absolutos de aceitabilidade de preços unitários, mas que faculte aos licitantes a oportunidade de justificar situação peculiar que lhes permita ofertar preços aparentemente inexecuíveis ou de questionar os valores orçados pela Administração. 2. Verificado não houve prejuízo ao interesse público, dado o amplo caráter competitivo do certame, não se justifica a anulação da licitação se a autora da representação eximiu-se de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.” (Acórdão nº 363/2007, Plenário, rel Min. Benjamin Zymler). (grifo nosso)

“10. A propósito do procedimento, ora anunciado, parece-me imperioso

frisar, de início, que, nos termos legalmente estabelecidos, é prevista a desclassificação de proposta na licitação que tenham valor global superior ao limite estabelecido ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis, significando dizer que, uma vez submetidos ao critério estabelecido no § 1º anteriormente transcrito, os preços que se situem em inexequíveis, deverão, necessariamente, ser objeto de demonstração de viabilidade pela empresa que os ofertou, sob pena de, não logrando êxito nessa comprovação, ter desclassificada sua proposta.” (Acórdão nº 1.470/2005, Plenário, rel Min. Ubiratan Aquiar). (grifo nosso).

Portanto, mesmo que a proposta apresente um valor abaixo do limite estabelecido, a realização de diligências pode possibilitar a comprovação da exequibilidade da proposta. Este procedimento é importante para garantir que a proposta realmente possa ser executada dentro das condições estabelecidas no edital.

Solicitamos, portanto, que a empresa apresente no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento desta diligência, as justificativas necessárias para demonstrar a viabilidade da proposta.

O não atendimento a esta solicitação poderá resultar na desclassificação da proposta, de acordo inciso IV do caput do art. 59 da [Lei 14.133 de 2021](#):

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

6.1.2 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 59 da Lei 14.133 de 2021.

Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos através dos números (61) 3403-2321, (61) 3403-2322 ou e-mail: dilic@novacap.df.gov.br

Atenciosamente,

Aline Alves de Oliveira

Chefe do Decomp/DA



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 02/09/2024, às 14:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **149995779** código CRC= **A147C04A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

Despacho- NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília, 09 de setembro de 2024.

À Secretaria de Obras/DF - (SO/DF),

Assunto: Nova Análise da Proposta após Diligência.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA -Contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Conforme manifestação da área técnica expressa no Relatório Técnico SODF/GAB/CPL/CIAT (149895938), foi verificado que o preço apresentado na proposta da arrematante apresenta indícios de inexequibilidade. Com base no Artigo 64 da [Lei nº 14.133/2021](#), foi realizada diligência - (149995779) junto à empresa S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA, sobre a possibilidade da apresentação dos necessários esclarecimentos.

Em resposta à diligência, a referida empresa apresentou os esclarecimentos - (150531806), dentro do prazo estabelecido, conforme exigido pelo Instrumento Convocatório.

Desta forma, encaminhamos os autos para nova análise da proposta quanto às incorreções apontadas no Relatório Técnico - (149895938).

Após essa análise, os autos devem ser restituídos para o prosseguimento do rito processual.

Aline Alves de Oliveira

Chefe do Decomp/DA



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 09/09/2024, às 10:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **150531827** código CRC= **D178EE74**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
Comissão Permanente de Licitação
Comissão Interna de Apoio Técnico

Despacho- SODF/GAB/CPL/CIAT

Brasília, 24 de setembro de 2024.

À AJL,

Assunto: Garantia adicional

1. Conforme exposto no âmbito do Relatório Técnico 149895938, a licitante S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA apresentou desconto de 39,87% em relação ao valor referencial orçado por esta Secretaria.

2. A Lei 14.133, de abril de 2021, em seu artigo 59, parágrafo quinto, diz:

"§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei."

3. Portanto, s.m.j., esta CIAT entende que a garantia adicional deva ser calculada da seguinte forma:

VALOR REFERENCIAL (A)	VALOR REFERENCIAL * 85% (B)	VALOR DA PROPOSTA (C)	GARANTIA ADICIONAL (B-C)
R\$ 3.691.756,90	R\$ 3.137.993,37	R\$ 2.200.000,00	R\$ 937.993,37

4. Desta forma, solicitamos à AJL que se manifeste em relação às seguintes questões:

- Quanto ao valor da garantia adicional proposto por esta Comissão;
- Quanto à forma em que esta garantia adicional deve ser apresentada;
- Quanto ao prazo em que esta garantia adicional deve ser apresentada.

5. Sem mais para o momento, encaminha-se para providências.

João Felipe Bessa Ferreira

Presidente da Comissão Interna de Apoio Técnico



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FELIPE BESSA FERREIRA - Matr.0279186-2, Presidente da Comissão**, em 24/09/2024, às 15:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **151911492** código CRC= **4BCCA5A7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas, Lote B, Bloco A15, EPIA (Dentro do complexo da NOVACAP) - Bairro Guarã - CEP
7121500 - DF
Telefone(s): 3306-5053
Site - so.df.gov.br

00110-00000315/2024-59

Doc. SEI/GDF 151911492



EMENTA: LICITAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E REMOÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREAS, PRIMÁRIAS NA CLASSE DE 15KV, SECUNDÁRIAS, NA CLASSE DE 1KV, ESTAÇÕES TRANSFORMADORAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, NO DENOMINADO ASSENTAMENTO 26 DE SETEMBRO, LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES. **GARANTIA ADICIONAL DEVIDA QUANDO A PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR FOR INFERIOR À 85% DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** BASE DE CÁLCULO.

- I - Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- II - Correta interpretação da norma do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- III - viabilidade

Senhor Chefe da AJL,

1. RELATÓRIO

Trata-se de assunto afeto ao **Pregão Eletrônico nº 027/2024 – DECOMP/DA** (146410211), cujo objetivo é a contratação de empresa para execução de serviços de implantação e remoção de redes de distribuição de energia elétrica, aéreas, primárias na classe de 15kv, secundárias, na classe de 1kv, estações transformadoras, com fornecimento de materiais, no denominado assentamento 26 de setembro, localizado na região administrativa de Vicente Pires, para a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Conforme o Despacho - SODF/GAB/CPL/CIAT (151911492), a Comissão Interna de Apoio Técnico desta Pasta, solicita **esclarecimentos** quanto ao assunto da garantia adicional na Lei nº 14.133/2021. Confirma-se:

Conforme exposto no âmbito do Relatório Técnico 149895938, a licitante S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA apresentou desconto de 39,87% em relação ao valor referencial orçado por esta Secretaria.

A Lei 14.133, de abril de 2021, em seu artigo 59, parágrafo quinto, diz:

"§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei."

Portanto, s.m.j., esta CIAT entende que a garantia adicional deva ser calculada da seguinte forma:

VALOR REFERENCIAL (A)	VALOR REFERENCIAL * 85% (B)	VALOR DA PROPOSTA (C)	GARANTIA ADICIONAL (B-C)
R\$ 3.691.756,90	R\$ 3.137.993,37	R\$ 2.200.000,00	R\$ 937.993,37

Desta forma, solicitamos à AJL que se manifeste em relação às seguintes questões:

- Quanto ao valor da garantia adicional proposto por esta Comissão;
- Quanto à forma em que esta garantia adicional deve ser apresentada;
- Quanto ao prazo em que esta garantia adicional deve ser apresentada.

Vieram os autos a esta Assessoria-Jurídico Legislativa para análise e manifestação sobre o assunto (151911492).

É o relatório.

2. ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre-nos destacar que a presente manifestação abrange exclusivamente os aspectos jurídicos da consulta formulada nos termos do Despacho – SODF/GAB/CPL/CIAT (151911492), não recaindo, portanto, sobre as questões técnicas, financeiras ou orçamentárias, uma vez que carecemos de atribuição e expertise para proceder a estas análises.

Do mesmo modo, deve ser registrado que este pronunciamento detém cunho estritamente jurídico e opinativo, pois desborda das atribuições desta AJL tecer considerações acerca de aspectos relacionados à oportunidade e conveniência do objeto do Termo Aditivo em comento, já que tal tarefa está inserida no âmbito da discricionariedade imputada ao Administrador Público. Por tal razão, remetem-se os autos à apreciação superior.

Ressalte-se, nesse ponto, as palavras do il. Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, em julgamento que versou sobre a responsabilidade do advogado parecerista, no qual afirma que a sua *"função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades"*. E completa: *"a assinatura do assessor jurídico na minuta do contrato serve de atestado do cumprimento de requisitos formais e não materiais"* (HC 171576, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 17/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJE-194 DIVULG 04-08-2020 PUBLIC 05-08-2020).

Assim, partindo do pressuposto da boa-fé objetiva que norteia a conduta dos agentes públicos envolvidos, considera-se que todos os fatos narrados nos autos são dotados de presunção de veracidade e, portanto, foram respeitados como base para a fundamentação da presente

manifestação.

Feitas as considerações necessárias, passa-se à análise solicitada.

2.1. DA GARANTIA ADICIONAL

Sobre a o tema, verifica-se que a garantia adicional é exigida somente para contratações de obras e serviços de engenharia, **quando a proposta do licitante vencedor for inferior à 85% do valor orçado pela administração pública**, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

Como bem elencado por Joel de Menezes Niebuhr, "é como se o legislador considerasse que, a princípio, a proposta nesses patamares pode ser aceita como exequível, porém reconhecendo o risco elevado de que não o seja. Daí, em vez de rejeitá-la, preferiu exigir do licitante e futura contratado um reforço da garantia". Assim, sendo a proposta **comprovadamente exequível**, nos termos do **Acórdão nº 803/2024 - TCU - Plenário** bem como "se a proposta se subsumir às condições do supracitado dispositivo, **o licitante deve prestar a garantia adicional por ocasião da assinatura do contrato, independentemente da qualquer análise dos agentes administrativos a respeito da conveniência de tal medida**" ^[1].

No caso apresentado pela CIAT, conforme o Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT (149895938) e o Despacho - SODF/GAB/CPL/CIAT (151911492), verifica-se o seguinte cenário:

- Valor estimado da licitação: R\$ 3.691.756,90
- 85% do valor estimado da licitação: R\$ 3.137.993,36
- Valor da proposta da empresa: R\$ 2.200.000
 - 60,13% do valor estimado

Ou seja, pelos dados apresentados, a empresa S.A. CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA apresentou uma proposta de preços que representa 60,13% do valor do orçamento referencial da Administração Pública. Nestes termos, ficará obrigada a apresentar a garantia adicional para cobrir possíveis riscos na execução do contrato, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja comprovação da exequibilidade da proposta.

Considerando que compete a esta Assessoria realizar a análise estritamente jurídica, torna-se imprescindível fornecer a devida orientação para a interpretação da norma, a fim de assegurar a correta aplicação do cálculo referente à garantia adicional. Nesse sentido, segundo a doutrina de **Marçal Justen Filho** ^[2]:

[...]

Determina que, quando a proposta for reputada como exequível, mas o seu valor for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, caberá ao licitante vendedor oferecer garantia específica. Essa garantia versará sobre a diferença entre o valor efetivo da proposta e o montante de 85% do valor orçado.

Assim, por exemplo, se o valor orçado era de 100 e o licitante vencedor ofereceu 72, incumbir-lhe-á fornecer garantia adicional para o valor de 13 (diferença entre 85 e 72).

Significa dizer que a base de cálculo para o respectivo valor da garantia é equivalente à 85% do valor orçado pela Administração Pública menos o valor da proposta apresentada pela empresa. Confira-se:

Base de cálculo para a garantia adicional, seguindo as disposições do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021
85% do valor estimado da licitação - valor da proposta da empresa = valor da garantia adicional

Em síntese, **respondendo aos questionamentos suscitados pela CIAT**, tem-se que:

- Quanto ao valor da garantia adicional proposto por esta Comissão:

Entende-se que esta unidade não detém competência para atestar valores ou quaisquer elementos que extrapolem o aspecto jurídico do tema, devendo a área técnica se pautar nos termos legais e na interpretação jurídica acostada aos autos.

Em que pese tais circunstâncias, **quanto à interpretação dada pela CIAT para o cálculo da garantia adicional, entende-se que este se encontra em consonância com o ordenamento jurídico vigente**. Caso necessário, a Comissão poderá encaminhar os autos à unidade competente para atestar os valores e cálculos apresentados.

- Quanto à forma em que esta garantia adicional deve ser apresentada e quanto ao prazo em que esta garantia adicional deve ser apresentada:

Segundo orientações do TCU, a garantia adicional poderá ser exigida sem prejuízo das demais modalidades de garantia previstas em lei, **somando-se a estas e tendo as mesmas condições e prazo de vigência**^[3], sendo exigível na ocasião da assinatura do contrato.

Além disso, o TCU entende que um dos riscos relacionados ao tema, é a hipótese em que o edital de licitação não preveja a exigência expressa de garantia adicional, **"proporcionando facilidades de proposta de licitante com preços abaixo de 85% do orçamento estimado pela Administração sem a devida garantia para resguardo do erário, com consequente potencialização do risco de inadimplemento de obrigações pelo contratado ou de redução da qualidade do objeto a nível inferior ao contratado"** ^[4].

Cabe destacar que a este Consultivo compete apenas se manifestar sobre questões jurídicas levantadas, de modo que a elaboração ou conferência de cálculos e valores relacionados à garantia contratual não se enquadra nas atribuições regimentais da AJL, tampouco corresponde à sua área de expertise.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, *s.m.j.*, **entende-se que esta Assessoria Jurídico-Legislativa respondeu devidamente os questionamentos** levantados no Despacho - SODF/GAB/CPL/CIAT (151911492), sugerindo que a área técnica competente observe os apontamentos realizados ao longo da presente manifestação, sem prejuízo da sua leitura integral.

À superior consideração.

Maria Clara Lopes Menezes
Assessora Especial/AJL

Acolho a Nota Jurídica - SODF/AJL e determino o retorno dos autos ao Gabinete para ciência, e posterior encaminhamento à CIAT, para adoção das providências cabíveis.

José Fernando Torrente

Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/SODF

[1] Niebuhr, Joel de Menezes. Licitação Pública e contrato administrativo. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024, pág.975.
[2] Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. 2.ed - rev., atual e ampl. - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, pág. 778.
[3] Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU/Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024, pág. 548 - 549.
[4] Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU/Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024, pág. 551.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ FERNANDO TORRENTE - Matr.0284574-1, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa**, em 25/09/2024, às 10:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CLARA LOPES MENEZES - Matr.0284145-2, Assessora(a) Especial**, em 25/09/2024, às 10:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **151926430** código CRC= **D7DC8304**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, Lote B, Bloco A15, EPIA (Dentro do complexo da NOVACAP) - Bairro Guará - CEP 7121-500 - DF
3306-5011



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
Comissão Permanente de Licitação
Comissão Interna de Apoio Técnico

Despacho- SODF/GAB/CPL/CIAT

Brasília, 25 de setembro de 2024.

À SEOBRAS,

Assunto: Garantia adicional

1. Em análise prévia, esta CIAT evidenciou que o desconto dado pela licitante vencedora do certame foi de 39,87% do valor referencial apresentado pela Administração Pública.
2. A lei 14.133, de abril de 2021, prevê medidas em caso de descontos que ultrapassem os 15% do valor referencial, a saber:

"§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei."

3. A CIAT, por sua vez, procedeu com o cálculo do valor dessa garantia adicional, como demonstrado a seguir:
- 4.

VALOR REFERENCIAL (A)	VALOR REFERENCIAL * 85% (B)	VALOR DA PROPOSTA (C)	GARANTIA ADICIONAL (B-C)
R\$ 3.691.756,90	R\$ 3.137.993,37	R\$ 2.200.000,00	R\$ 937.993,37

5. Portanto, de acordo com o preconizado pelo Art. 59, parágrafo quinto, da Lei 14.133, o valor a ser apresentado pela licitante S.A CONSULTORIA EM GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE LTDA é de R\$937.993,37.
6. Ressaltamos que esta Comissão solicitou à AJL manifestação quanto ao aspecto legal da apresentação da garantia adicional supracitada, através do Despacho 151911492, a saber:

"Desta forma, solicitamos à AJL que se manifeste em relação às seguintes questões:

- Quanto ao valor da garantia adicional proposto por esta Comissão;
- Quanto à forma em que esta garantia adicional deve ser apresentada;
- Quanto ao prazo em que esta garantia adicional deve ser apresentada."

7. A AJL, por sua vez, se manifestou da seguinte forma, através da Nota Jurídica 197 151926430:

"Em síntese, respondendo aos questionamentos suscitados pela CIAT, tem-se que:

- Quanto ao valor da garantia adicional proposto por esta Comissão:

Entende-se que esta unidade não detém competência para atestar valores ou quaisquer elementos que extrapolem o aspecto jurídico do tema, devendo a área técnica se pautar nos termos legais e na interpretação jurídica acostada aos autos.

Em que pese tais circunstâncias, quanto à interpretação dada pela CIAT para o cálculo da garantia adicional, entende-se que este se encontra em consonância com o ordenamento jurídico vigente. Caso necessário, a Comissão poderá encaminhar os autos à unidade competente para atestar os valores e cálculos apresentados.

- Quanto à forma em que esta garantia adicional deve ser apresentada e quanto ao prazo em que esta garantia adicional deve ser apresentada:

Segundo orientações do TCU, a garantia adicional poderá ser exigida sem prejuízo das demais modalidades de garantia previstas em lei, somando-se a estas e tendo as mesmas condições e prazo de vigência^[3], sendo exigível na ocasião da assinatura do contrato."

8. Desta feita, a CIAT retorna os autos à SEOBRAS para o devido andamento do processo licitatório, reforçando os seguintes quesitos:

- A licitante deverá apresentar garantia adicional no valor de R\$937.993,37;

- essa garantia adicional deverá ser apresentada com as mesmas condições e prazos de vigência das demais garantias previstas em lei.

9. Encaminha-se para providências.

João Felipe Bessa Ferreira

Presidente da Comissão Interna de Apoio Técnico



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FELIPE BESSA FERREIRA - Matr.0279186-2, Presidente da Comissão**, em 25/09/2024, às 15:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **152029104** código CRC= **4F198FE1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, Lote B, Bloco A15, EPIA (Dentro do complexo da NOVACAP) - Bairro Guará - CEP 7121500 - DF

Telefone(s): 3306-5053

Sítio - so.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
Comissão Permanente de Licitação
Comissão Interna de Apoio Técnico

Despacho- SODF/GAB/CPL/CIAT

Brasília, 26 de setembro de 2024.

À SEOBRAS,

Assunto: Correção Garantia adicional

1. Em correção ao Despacho 152029104, a CIAT considerou o valor de R\$2.200.000,00 com o valor da proposta apresentada pela licitante, quando o valor correto é R\$2.220.000,00.
2. Portanto, segue tabela com o valor correto da garantia adicional a ser adotada:

VALOR REFERENCIAL (A)	VALOR REFERENCIAL * 85% (B)	VALOR DA PROPOSTA (C)	GARANTIA ADICIONAL (B-C)
R\$ 3.691.756,90	R\$ 3.137.993,37	R\$ 2.220.000,00	R\$ 917.993,37



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FELIPE BESSA FERREIRA - Matr.0279186-2, Presidente da Comissão**, em 26/09/2024, às 10:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **152097015** código CRC= **4FB08A2C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas, Lote B, Bloco A15, EPIA (Dentro do complexo da NOVACAP) - Bairro Guará - CEP 7121500 - DF
Telefone(s): 3306-5053
Site - so.df.gov.br

00110-00000315/2024-59

Doc. SEI/GDF 152097015